

## **CULTURA E REGIÃO: UMA ANÁLISE DO TERRITÓRIO SUL-RIO – GRANDENSE**

### **INTRODUÇÃO**

A construção de uma sociedade leva o sujeito social a desenvolver uma série de ações, que se denomina de relações sociais e podem ser definidas como ações desenvolvidas por um indivíduo ou por grupos de indivíduos localizados em determinada formação social. Essas representações que se constroem através de símbolos são fator importante de estruturas das memórias, códigos e significados refletidos na referência de grupos e espaço de sociabilidade.

O homem se constrói e se faz por sua ação dentro e com o mundo, sendo necessário a interação do homem com o homem e com o meio, para que ocorra o processo contínuo de construção da identidade a partir da dinâmica das classes num contexto historicamente construído e constituído pela integração dessas classes.

O presente texto tem por objetivo examinar a formação da história regional e sua identidade, no qual adotaremos a priori uma análise regional do Rio Grande do Sul relacionada aos limites de um espaço que, partindo de nossa própria realidade, é reconhecido e criado não apenas por seus habitantes, ou em parte imposto a eles, mas também pelas especificidades e diversidades na ordenação espacial. Trata-se, pois de um processo que reflete a busca de identidade de uma população que se desenvolveu num determinado espaço geográfico, ganhou expressão nacional e procurou se distinguir do modelo característico da formação da sociedade Sul-rio-grandense, no que diz respeito a valores, idéias, convenções sociais e práticas políticas.

### **RIO GRANDE DO SUL: REGIÃO, TERRITÓRIO E IDENTIDADE**

A história regional não se constitui em um método e nem possui um corpo teórico próprio, existem várias abordagens diferenciadas e os estudos regionais produzidos no Brasil tiveram e têm grande importância para um melhor entendimento da história de nosso país, mas a partir dos avanços metodológicos decorrentes da evolução da história, algumas mudanças na forma destas abordagens podem ser implementadas, por exemplo, para o espaço regional que consiste uma construção abstrata elaborada no decorrer do tempo por atores coletivos que a ele se relacionam direta ou indiretamente.

Nesse sentido, Amado lembra que a idéia de região, não importa qual o conteúdo lhe seja atribuído, relaciona-se basicamente com a noção do espaço. O conceito de região surgiu da necessidade do homem entender e ordenar as diferenças constatadas no espaço terrestre e vem desde então procurando através de

conhecimentos e compreensão próprios de cada época, dar conta exatamente da diversidade da organização espacial existente no planeta.<sup>1</sup>

Na análise, revela-se a região constituída de uma estrutura socioeconômica, política e cultural; por isso, possui uma identidade que permite diferenciá-la de um todo. A partir de sua especificidade, torna-se possível delimitar as características nela contidas, porém, como um segmento espacial, é parte de um todo social, construída historicamente, portanto dinâmica; seus caracteres internos são determinados e determinantes de sua interação em um sistema maior. Apesar dessa interação com o todo, a região possui relações internas autônomas que a caracterizam e a diferenciam.<sup>2</sup>

Embora seja difícil estabelecer com precisão o significado da palavra região, o certo é que, seja qual for a sua definição, ela está intimamente ligada às formas de produção que são comuns a determinados períodos da história, sendo entendida, de acordo com as oscilações econômicas e políticas. Dessa forma, a análise regional não ficou somente relacionada em torno da dinâmica econômica ou sobre a estrutura social, ela voltou-se também em relação ao indivíduo, nas suas particularidades e nas singularidades encontradas no contexto em que está inserido bem como sua relação com o espaço.

A questão regional na América Latina é, então, a questão das formas espaciais contraditórias resultantes da organização e reorganização territorial dos processos sociais dominados pelas relações capitalistas. Processos de reprodução social que implicam relações com outros sistemas de produção e dominação, cujos âmbitos por sua vez podem entrar em contradição com os processos do desenvolvimento capitalista. É também a questão do desenvolvimento desigual das forças produtivas e das condições de reprodução de amplos setores da população, localizados em regiões periféricas ao processo de acumulação capitalista, porém possível de violenta modificação pelos processos impostos pelo sistema capitalista em seu desenvolvimento.<sup>3</sup>

Assim, de acordo com Benko, através da compreensão da organização social chega-se à compreensão do funcionamento das instituições, mas também da evolução do sistema produtivo. Conforme as variações observadas nos estudos de geógrafos no que se refere à região, foram vários os desígnios dados para esta: foi entendida especificamente como relações entre homem e natureza; foi também encarada como uma possibilidade de averiguação dos sistemas espaciais de determinadas regiões naturais; e, por outro lado, aos poucos os estudiosos, vão observando na região um conjunto de fatores que apresentam em sua formação

---

<sup>1</sup> AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da (Coord.). *República em Migalhas História regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 10.

<sup>2</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *História regional: dimensões teórico-conceituais*. *Revista História Debates e Tendências*, n.1, jun. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p. 19.

<sup>3</sup> CORAGGIO, José Luis. Sobre La Espacialidad Social Y El Concepto De Region. In: TUSET, Héctor M. Capraro. (Org.) *La cuestión regional Y los recursos naturales*. México:Universidad Autónoma Chapingo, 1987, p.40-41.

várias leituras, que, em uma análise mais minuciosa apresenta grande uniformidade interna e grande diferenciação frente a outros contextos.<sup>4</sup>

Quanto à questão regional, Schwartzman argumenta que as regiões são nada mais que um detalhamento do que ocorre num sistema político nacional como um todo. O estudo das regiões seria uma espécie de aprofundamento no detalhe, sem acrescentar nada de substancial para o entendimento do processo político e social como um todo, essa perspectiva vem associada com a tendência a pensar o fenômeno político e o fenômeno social junto com o fenômeno econômico, a partir de categorias gerais e, abrangentes, tais como determinadas classes sociais, determinadas formas de produção, determinados estágios do processo de desenvolvimento.<sup>5</sup>

Já na visão de Santos que complementa: “Embora seja difícil estabelecer com precisão o significado da palavra região, é certo que, seja qual for a sua definição, ela está intimamente ligada às formas de produção que vigoram em determinado momento histórico”.<sup>6</sup> O autor argumenta que, para uma análise das questões que envolvem o desenvolvimento de uma região, se devem observar elementos analíticos, como a interpretação dos conceitos sobre economia; localização dos agentes do desenvolvimento; correntes e pensamento; meios indutores ao desenvolvimento e clareza conceitual de crescimento e desenvolvimento do espaço produzido ou produtivo. Salienta-se, assim, a questão dos recortes espaciais propondo debates de problemas como o da região e o do local.<sup>7</sup>

Já num entendimento maior, o historiador relê hoje os documentos utilizados por seus predecessores, mas com um novo olhar e outra concepção. Os temas freqüentados pelos primeiros foram os que eram preparados pela história econômica e demográfica: a vida do trabalho, a família, as idades da vida, a educação, o sexo, a morte, isto é, as zonas que se acham nas fronteiras do biológico e do mental, da natureza e da cultura. As publicações sobre esses temas, inimagináveis há anos atrás, constituem hoje um conjunto coerente e uma vasta biblioteca. O historiador agora busca as chaves das estratégias comunitárias, dos sistemas de valor, das organizações coletivas, isto é, de todas as condutas que constituem uma cultura rural ou urbana, popular ou elitista. Reside aí a importância no estudo do regional, do identitário de uma comunidade, de sua ideologia ou comportamento.

Dessa forma Boisier entende por desenvolvimento o crescimento econômico, social e político de um país, região ou comunidade. O desenvolvimento de uma região não depende apenas do seu crescimento econômico, pois deve haver uma interação entre os seguintes processos: participação relativa da região no uso

---

<sup>4</sup> BENKO, Georges. *A Ciência Regional*. Portugal: Celta, 1998, p. 9-11.

<sup>5</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *A revolução de 30 e o problema regional*. Simpósio sobre a revolução de 30. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 367 – 368.

<sup>6</sup> SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 246.

<sup>7</sup> SANTOS, op.cit., 2002, p. 22-23.

dos recursos nacionais, determinados a partir dos critérios econômicos e políticos prevaletentes no processo de alocação inter-regional dos recursos; direção e magnitude que o quadro global das políticas econômicas nacionais, macroeconômicas e setoriais tem sobre a região e, para que isso ocorra, deve apresentar especificidades que exigem teorias próprias para explicar o seu processo de desenvolvimento. Dentre essas especificidades podem-se citar as forças políticas que contribuem para a transmissão inter-regional de crescimento, as quais devem estar intimamente relacionadas com as condições socioculturais, históricas e institucionais específicas de cada região<sup>8</sup>.

Benko retrata historicamente aspectos marcantes sobre estruturas econômicas e políticas sustentadas na realidade histórica impregnada de espírito de sistema, que é o ponto de partida para a compreensão das especificidades regionais combinadas aos processos políticos e econômicos. Destaca a crise que favoreceu certa renovação de interesse pelas teorias que haviam conhecido seu período de glória durante a primeira metade do século. Isso se dá com as teorias dos ciclos econômicos, relegadas ao esquecimento, durante quase trinta anos depois de terem ocupado o primeiro plano nos anos trinta.<sup>9</sup>

Acompanhando a visão do autor supracitado, Santos, descreve e explica a famosa união entre espaço e tempo, o papel do lugar e do espaço no processo social, bem como faz uma abordagem sobre a racionalidade do espaço como conceito histórico, definição de sociedade e economia espacial, relacionadas com as questões do desenvolvimento local. Considera como fundamental o estudo da inter-relação entre período e lugar, pois considera que a periodização histórica pode ser o instrumento adequado para enfrentar o tratamento do espaço em termos de tempo, pois não tem dúvida de que a cada sistema temporal o espaço se modifica.<sup>10</sup>

Com o advento do capitalismo globalizado, ocorreu uma série de atritos e transformações regionais, onde foram criados sistemas de produção, numa tentativa de adaptar essas diferentes regiões ao modo de condução, típico do capitalismo, porém, com o recrudescimento desse estilo de produção, ou melhor, com a reformulação do processo produtivo capitalista, também foram efetuadas novas denominações ao termo “região”, que teve também de se moldar de acordo com as particularidades observadas nos diferentes contextos, passando a ter uma conotação não somente universal, mas também carregada de singularidades.

Bordieu<sup>11</sup> ajudou em muito no estabelecimento de critérios de delimitação regional. Na análise da origem das divisões regionais e do comportamento regionalista de alguns grupos políticos o autor partiu do pressuposto de que o critério de divisão regional surgiu simbolicamente e foi sendo reconhecido e legitimado

---

<sup>8</sup> BOISIER, S. Territorio, estado y sociedad. Santiago do Chile: CEAL, 1990. In: Secretaria do Planejamento e da Administração. *Análise Conjuntural*. Porto Alegre: FEE, ago., 1993, p. 262-267.

<sup>9</sup> BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. 3.ed. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002, p. 9-25.

<sup>10</sup> SANTOS, op.cit., 2002, p. 13-51.

<sup>11</sup> BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Diefel, 1989, p.32-34.

a posteriori. Para este autor, a delimitação regional é estabelecida por quem nela vive e passa a compor o imaginário daqueles que a ela se refere, a identidade regional é, pois, um produto da construção humana.

Diz Bourdieu que, “só se pode compreender esta forma particular de luta das classificações que é a luta pela definição da identidade regional ou étnica com a condição de se passar para além da oposição que a ciência deve operar”.<sup>12</sup> É pertinente a contribuição de Silva quando coloca que a identidade e a diferença estão imbricadas a sistemas de significação, dessa forma entende que a identidade é um significado cultural e socialmente atribuído a idéia de representações.<sup>13</sup>

Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade, pois a cultura não é um poder, não é algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos, ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma densa e inteligível.

Nesse sentido, é pertinente destacar o caso da invenção da identidade do Rio Grande do Sul que é representado na figura do gaúcho, altaneiro, destemido, livre e que tal visão idealizada se complementa na idéia de que na sociedade sulina não havia hierarquias ou distinção sociais. Teria vigorado uma imagem na qual o peão e o estancieiro trabalhavam lado a lado, irmanados pela identificação mítica do gaúcho. Dessa forma se tece uma visão da realidade, na qual se extirpa o conflito do contexto histórico regional bem como as diferenças sociais, onde os conflitos são projetados para fora do Rio Grande e, a temática, indivíduo e sociedade com todas as suas ambigüidades, permanecem como referência central tendo como foco principal à sociedade gaúcha.

As peculiaridades do Rio Grande do Sul para Oliven contribuem para a construção de uma série de representações em torno dele que acabam adquirindo uma força quase mítica que as projeta até nossos dias e as fazem informar a ação e criar práticas no presente. Apesar da diversidade interna do estado, a tradição e a historiografia regional tendem a representar seu habitante através de um único tipo social, o gaúcho, o cavaleiro e peão de estância. Na construção social da identidade do gaúcho há uma alusão constante a elementos que evocam um passado glorioso na qual se forjou sua figura.<sup>14</sup>

Embora a historiografia tradicional do estado subestime a presença do negro, parte dela também afasta o índio da formação da identidade gaúcha. Porém de acordo com Oliven, embora no Rio Grande do Sul houvesse escravos negros desde a primeira metade do século dezoito, sua importância se acentua a partir do final daquele século, em atividades como a produção do trigo, nas fazendas de criação de gado e principalmente nas charqueadas, além de uma importante participação na Revolução Farroupilha. A presença

---

<sup>12</sup> Ibidem., p. 113.

<sup>13</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p.89.

<sup>14</sup> OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 49-51.

do índio também é extremamente esmaecida na construção social da identidade de nosso Estado. Na historiografia os indígenas eram desconsiderados já que eram vistos como segundo o autor “sem fé, sem rei e sem lei”.<sup>15</sup>

De acordo com Castells, a construção da identidade é a fonte de significado e experiência de um povo. Para o autor identidade é um processo de construção do significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado.<sup>16</sup>

Existe uma propensão de constituição de identidades a partir de um intenso jogo de papéis sociais, que se associam a experiências e a níveis de realidade diversificados, quando não conflituosos e contraditórios. Cabe, então, analisar os pontos convergentes desses acontecimentos que melhor expliquem ou dêem uma noção mais concreta, que possibilite com que se entenda os acontecimentos históricos, que colaboraram na formação e estruturação de particularidades territoriais, consolidando forças de adesão locais em determinados contextos.

Segundo Montiel o processo e construção da identidade, é uma luta constante entre as relações objetivas do poder material e simbólico, entre os esquemas práticos, através dos quais certos agentes classificam os outros agentes e avaliam suas posições, tanto nas relações objetivas como nas estratégias simbólicas de apresentação e de auto-representação.<sup>17</sup>

Para o autor supracitado, abre-se, então, um complexo processo de reconfiguração das identidades culturais e nacionais, que por ora se manifestam como identidades híbridas, fragmentadas e transitórias, que favorecem o encontro e a fusão das identidades culturais tradicionais com manifestações emanadas do processo de globalização.<sup>18</sup>

Acompanhando o raciocínio, Silva no que tange a diferença e identidade, argumenta que ambas devem ser ativamente produzidas, pois, não são criaturas do mundo natural, ou de um mundo transcendental, porém são do mundo cultural e social, pois nós somos quem as fabricamos no contexto de relações culturais e sociais, sendo assim, a identidade e a diferença são criações sociais e culturais.<sup>19</sup>

Priori<sup>20</sup> afirma que, enquanto espaço territorial, a região é uma construção de geógrafos. Mas enquanto espaço social torna-se uma construção de historiadores de ambas as formas a região é construída em função do interesse do sujeito, do conhecimento, levando-se em conta as perguntas que deseja ver respondidas

---

<sup>15</sup> Idem., p.52-53.

<sup>16</sup> CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.22-23.

<sup>17</sup> MONTIEL, Edgar. A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização. In: SIDEKUM, Antônio. (Org.). *Alteridade e multiculturalismo*. Ijuí: Unijui, 2003, p. 21-26.

<sup>18</sup> MONTIEL, op.cit., p.21-26.

<sup>19</sup> SILVA, op.cit., p. 76.

<sup>20</sup> PRIORI, Ângelo. *História regional e local: métodos e fontes* In: *Revista Pós-História*, Assis, 1994, p. 38-43.

pelo seu objeto. O autor não entende região como algo previamente dado, mas sim como uma construção posteriormente realizada pelo sujeito do conhecimento.

Segundo Schwartzman, o Rio Grande do Sul por ser uma região de fronteira, tem uma característica toda peculiar, foi o ponto de encontro entre o Império Português e o Império Espanhol. Constituiu-se assim uma tradição militar, uma tradição de vinculação muito grande entre elites civis e militares e uma tradição de rebeldia e de autonomia também bastante forte.<sup>21</sup> Afora isso, de acordo com Trindade e Noll<sup>22</sup>, o Rio Grande do Sul, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a única fronteira viva do Brasil onde as duas metrópoles coloniais ainda conflitavam na definição de seus domínios. Este fato marcou sua formação histórica, características sociais e econômicas. Sendo assim, tem sido dividido o Rio Grande do Sul em três regiões que econômica e culturalmente se diferenciam: a campanha, o litoral e a serra.

A estruturação étnica de um país ou de uma região não é algo preestabelecido ou estático, mas fruto de uma construção histórica. Dessa forma as características culturais e étnicas da região do Planalto Médio passaram por um processo de ocupação e colonização. Esse processo de conquista foi permeado por diversas disputas, que se iniciaram ainda no século XVII, entre os indígenas e os jesuítas que vieram em busca da concretização do seu projeto de reduções e, posteriormente, entre os nativos e os bandeirantes, tropeiros e imigrantes.

No território do planalto médio, justificava-se a luta pela sua posse uma vez que era rico em mão-de-obra indígena e em recursos naturais, como a madeira e a erva mate, além de representar um importante caminho que ligava a região das Missões e da Vacaria com São Paulo. No início do século XIX, intensificou-se a ação dos tropeiros que chegaram à região para aprear o gado vacum e muar que se criara nos campos da região, levando-o para as prósperas regiões mineradoras. Devido a isso, teve início a efetiva ocupação do território pelo elemento branco civilizado.

Nos estudos do regionalismo, o conceito de cultura pode ser muito útil, podendo estudar o regionalismo sob um novo enfoque, percebendo como foi formado e qual a sua importância no imaginário coletivo e na construção permanente da identidade de uma população, pois o simples fato de se viver em um espaço já nos identifica socialmente.

De acordo com Foucault, o indivíduo não é o dado sobre o qual se exerce e se abate o poder. O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre os corpos, multiplicidades, movimentos, desejos e forças, articulando-se, por exemplo, os problemas de identidade regional.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Schwartzman, op.cit., p. 373.

<sup>22</sup> TRINDADE, Héliogio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições 1823-1990*. Porto Alegre: UFRGS; Sulina, 1991, p. 9.

<sup>23</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 161-162.

O Rio Grande do Sul, na composição da população em termos de cor sofre um processo de branqueamento entre 1814 e 1940, onde o mito da democracia racial que paira sobre a historiografia gaúcha cai por terra. Esse mito de acordo com Fujawa buscou demonstrar que no Sul o escravo foi pouco utilizado e quando foi, era bem tratado, considerado um igual, que vivia com o gaúcho, tomava chimarrão no mesmo galpão e na mesma cuia, isso se constitui em uma falácia, já que o Rio Grande do Sul e, a Região do Planalto se utilizou largamente do escravo, que sempre foi submetido ao trabalho forçado, recebendo em troca apenas o necessário para sobreviver e continuar trabalhando, sendo sempre discriminado social e culturalmente.<sup>24</sup> (grifo nosso).

No contexto anterior, fica clara a idéia de multiplicidades de experiências e papéis que sublima a precariedade de qualquer tentativa excessivamente fixista na construção dos mapas socioculturais. A noção de falácia vem de encontro com a verdade, do dito pelo não dito e nesse sentido Foucault contribui,

[...] dizendo que a idéia de uma verdade eterna, universal, a idéia de que a verdade está em todos os lugares e sempre, a idéia de que qualquer pessoa pode descobrir a verdade, pois ela está bem próxima à nossa espera, creio que esta é uma idéia dominante num sistema de cultura como o nosso. É uma idéia veiculada pela ciência e pela filosofia. Acho que essa idéia deixa de lado uma série de práticas sociais que foram historicamente muito importantes em nossa cultura e talvez ainda o sejam. [...] Quero dizer que, numa sociedade como a nossa, há certo número de práticas pelas quais se tenta descobrir, constatar ou estabelecer uma verdade que estaria ali justamente à espera de ser vista, descoberta e nomeada, mas práticas e técnicas para produzir uma verdade que não existia antes. Temos máquinas, aparelhos e ritos pelos quais produzimos a verdade.<sup>25</sup>

Acompanhando o contexto anterior, no que se refere às inverdades, Bhabha<sup>26</sup> reconhece que o problema fundamental é a diferenciação entre gênero, raça e classe, pois marcam uma marginalidade excessiva que transcendem todas as épocas da história. O autor nos convida a refletir sobre a construção de nossa sociedade e sobre o grande número de estranhos que dela fazem parte.

Silva, porém traduz como relações de poder a identidade e a diferença e argumenta que devem ser criadas e recriadas, pois tem a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa distribuição, e se configura um problema social, onde o outro é corpo diferente.<sup>27</sup> Nessa mesma visão Baumam afirma que, o corpo diferente é os estranhos, em uma sociedade que, utiliza-se de mecanismos sem revelar o objetivo das estratégias usadas para excluir os considerados estranhos, e nesse sentido argumenta,

Todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua maneira, inimitável. Se os estranhos são as pessoas

<sup>24</sup> KUJAWA, Henrique Aniceto. Formação étnica de Passo Fundo e região. In: DIEHL, Astor Antônio. (Org.). *Passo Fundo: uma história várias questões*. Passo Fundo, EDIUPF, 1998, p.58-59.

<sup>25</sup> FOUCAULT, Michel. *Verdade, loucura e psiquiatria*. Palestra efetuada no Hospital Santa Clara. Belo Horizonte, 30 de maio de 1973.

<sup>26</sup> BHABHA, Homi, K. *O local da cultura: raça, tempo e a revisão da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 329.

<sup>27</sup> SILVA, op.cit., p. 96-97.

que não se encaixam no mapa cognitivo moral ou estético do mundo [...] se eles, portanto, por sua simples presença, deixam turvo o que deve ser transparente, confuso o que deve ser uma coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, [...]; se, em outras palavras, eles obscurecem e tornam tênues as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas; se, tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido – então cada sociedade produz esses estranhos. Ao mesmo tempo que traça suas fronteiras e desenha seus mapas [...].<sup>28</sup>

No entanto há apenas uma mera aparência de contradição nesse sistema. Se, de um lado, nossa herança política, econômica e cultural esteve sempre submetida aos caprichos do poder local, a construção de um país novo, baseada na unidade descentralizadora e federativa dos estados e seus municípios, e no respeito das suas necessidades internas, não alterava o jogo dos diferentes interesses das elites, agrário-exportadoras, fortalecidas em torno dos poderes estaduais e do executivo federal.

Prever desenvolvimento regional, não requer apenas analisar seus fatores econômicos em si, mas também contemplar todas as influências, transformações e dependências inerentes a cada contexto, sobretudo as motivações sociais e as reais necessidades da amplitude dessas ações. É necessário que haja transformações, mas também, é importante que essas ações voltem-se racionalmente para as reais necessidades estruturais e sociais do contexto atingido como um todo.

Isto se liga a sugestiva idéia de globalização do local, de acordo com Franco<sup>29</sup>, não se trata de inserir o local na globalização e sim de globalizar o local. Não se trata, fundamentalmente, de fazer chegar ao local os resultados obtidos pelo processo mundial de globalização; pois a globalização atual – que se confunde com o processo de surgimento da sociedade-rede – permite que as próprias localidades reproduzam, abstratamente, uma dinâmica global no seu interior, que os elementos endógenos de cada localidade se tornem igualmente interagentes. Acrescenta-se, ainda, a idéia da inserção do local (intraconectado) em sistemas de fluxos extra-territoriais.

Tal movimento remete ao que Santos<sup>30</sup> chamou de uma "outra globalização", como algo que se distingue da "globalização perversa" em que o espaço dos fluxos simplesmente se sobrepõe ao espaço dos lugares. Portanto, contraditoriamente, o mesmo processo de gestação de uma "sociedade em rede" (e, precisamente nesse sentido, "globalizada"), permite tanto fragmentar e segregar territórios quanto abrir novas possibilidades de vínculo emancipatório, isto é, de construção social do território como ator e sujeito de fluxos.

Acompanhando a visão do contexto anterior, Montiel afirma que os efeitos da globalização geram,

<sup>28</sup> BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade: a criação e anulação dos estranhos*. Rio de Janeiro: Zahar, [s.d.]. p. 27.

<sup>29</sup>FRANCO, Augusto. In: SILVEIRA, Caio Márcio. *Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos Carta Dlis* n° 27. Brasília: AED, 2003.

<sup>30</sup> SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001. In: SILVEIRA, Caio Márcio. *Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos*.

também, relações de resistência contra os aspectos prejudiciais da globalização. Prova disso é o florescimento das novas culturas “locais”. A uniformização simbólica gerou reações de valorização da música, das danças, das comidas, das línguas e religiões tradicionais. Assim, assistimos a um certo renascimento do pluralismo cultural.<sup>31</sup>

É nesse encontro entre lugares e fluxos que reside, talvez, o aspecto mais profundo, vigoroso e transformador das formulações contemporâneas em torno do desenvolvimento local. Mesmo que - vista desde cima - pareça ficcional e ilusória, a idéia de desenvolvimento local ganha sua mais densa substância quando associada à construção de alternativas presentes num contexto de deslocamento de paradigmas. Nessa perspectiva a idéia de associação que supõe que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não podem ser desconstruídas pelo alto, ou por outros sistemas de fluxos apartados dos lugares. Terreno de reconstrução de identidades e vínculos, de reconfigurações socioprodutivas e gestação de esferas públicas que expressem a diversidade e capilaridade da vida social, o local pode então ser visto como um campo de articulação necessário e insubstituível.<sup>32</sup>

Dessa conformidade, Bocayuva deixa um questionamento em aberto, e pergunta se é possível um desenvolvimento centralizado e ao mesmo tempo não-desigual. Porém a suposição do desenvolvimento local não é, sobretudo uma suposição por negação dessa possibilidade, ocorre na verdade pela pressuposição e confirma a idéia de que, a inclusão social, no mundo dos direitos, no mundo da produção, no mundo dos excluídos, no mundo do emprego ou, mais consideravelmente no mundo da subjetividade pública, sem a qual não mais se exercem os direitos e a integração produtiva, é algo que passa pelos lugares-locais, por onde se constroem a experiência, a vida social e a ação comunicativa e informativa dos personagens reais, das pessoas reais.<sup>33</sup>

É preciso, nesse sentido, que a racionalidade ocidental torne-se mais receptiva à multiplicidade de tipos de conhecimentos e de concepções de mudança social que existem no mundo e, admita que o conhecimento científico objetivo e imparcial é apenas uma das formas possíveis entre muitas delas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O planejamento local é viável, desde que, seja efetuado sob bases sólidas, sendo respeitadas as diversidades e especificidades de cada região. Para isso é necessário redefinir categorias e significados, principalmente nos países do Terceiro Mundo, através de práticas políticas inovadoras, nos vários tipos de movimentos sociais contemporâneos.

---

<sup>31</sup> MONTIEL, op.cit., p. 18-23.

<sup>32</sup> BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca; CASTRO, Guillermo Williamson. Relatório de Avaliação Externa - Projeto Banco do Nordeste-PNUD. Recife, 2000. In: SILVEIRA, Caio Márcio. *Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos*.

<sup>33</sup> Idem.

Dessa forma entendo que o estudo do regional é um ingrediente ao qual não se presta suficiente atenção, bem como existe uma grande dificuldade de conscientização da necessidade de conhecimentos mais detalhados entre local e, regional, uma vez que, na maior parte das vezes esses redutos são ricos em fundamentos essenciais para o encaminhamento de estratégias e processos inovadores no que se refere à utilização racional das diversidades regionais.

A identidade regional é uma questão central em várias sociedades modernas, entretanto, para compreender a atualidade e captar a questão regional, é preciso levar em consideração, além da dimensão política e econômica, também uma dimensão cultural. Isso se deve ao fato do regional ser um recorte da realidade, uma categoria para classificar pessoas e espaços e, por conseguinte, uma forma de demarcar fronteiras simbólicas e estabelecer limites, funcionando assim como um ponto de referência em torno do qual se aglutinam identidades regionais. A análise regional nos conduz para o reconhecimento das diferenças que existem dentro das regiões e estas diferenças são utilizadas na construção de identidades próprias e dessa forma a compreensão do todo e das partes, do mundo e suas divisões possibilita preservar identidades sem descaracterizar o lócus mais geral.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da (Coord.). República em Migalhas História regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. O mal estar da pós-modernidade: a criação e anulação dos estranhos. Rio de Janeiro: Zahar, [s.d.].

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI. 3.ed. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.

\_\_\_\_\_. A Ciência Regional. Portugal: Celta, 1998.

BHABHA, Homi, K. O local da cultura: raça, tempo e a revisão da modernidade. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha; CASTRO, Guillermo Williamson. Relatório de Avaliação Externa - Projeto Banco do Nordeste-PNUD. Recife, 2000. In: SILVEIRA, Caio Márcio. Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos.

BOISIER, S. Território, estado y sociedad. Santiago do Chile: CEAL, 1990. In: Secretaria do Planejamento e da Administração. Análise Conjuntural. Porto Alegre: FEE, ago., 1993.

BORDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Diefel, 1989.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORAGGIO, José Luis. Sobre La Espacialidad Social Y El Concepto De Region. In: TUSET, Héctor M. Capraro. (Org.) La cuestión regional Y los recursos naturales. México:Universidad Autónoma Chapingo, 1987.

- FOUCAULT, Michel. Verdade, loucura e psiquiatria. Palestra efetuada no Hospital Santa Clara. Belo Horizonte, 30 de maio de 1973.
- \_\_\_\_\_. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- FRANCO, Augusto. Carta Dlis nº 27. Brasília: AED, 2003 In: SILVEIRA, Caio Márcio. Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos.
- KUJAWA, Henrique Aniceto. Formação étnica de Passo Fundo e região. In: DIEHL, Astor Antônio. (Org.). Passo Fundo: uma história várias questões. Passo Fundo, EDIUPF, 1998.
- MONTIEL, Edgar. A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização. In: SIDEKUM, Antônio. (Org.). Alteridade e multiculturalismo. Ijuí: Unijui, 2003.
- OLIVEN, Ruben George. A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis:Vozes, 1992.
- PRIORI, Ângelo. História regional e local: métodos e fontes In: Revista Pós-História, Assis, 1994.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. Revista História Debates e Tendências, n.1, jun. Passo Fundo: Ediupf, 1999.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.
- \_\_\_\_\_. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001. In: SILVEIRA, Caio Márcio. Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos.
- SCHWARTZMAN, Simon. A revolução de 30 e o problema regional. Simpósio sobre a revolução de 30. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ERUS, 1983.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições 1823-1990. Porto Alegre: UFRGS; Sulina, 1991.